

Helen Crystine Corrêa Sanches
Josiane Rose Petry Veronese

Justiça da Criança e do Adolescente

Da vara de menores à vara
da infância e juventude

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2016

Copyright © 2016 by Helen Crystine Corrêa Sanches
Josiane Rose Petry Veronese

Categoria: Direito Especiais

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

Justiça da Criança e do Adolescente: Da vara de menores à vara da
infância e juventude. / Helen Crystine Corrêa Sanches ; Josiane Rose
Petry Veronese. - 1. ed. - Rio de Janeiro :Lumen Juris, 2016.
328 p. ; 23 cm.

Bibliografia: p. 289-316.

ISBN: 978-85-8440-718-7

1. Direito Civil. 2. Direitos Humanos - Justiça Infantil. I. Sanches,
Helen Crystine Corrêa. II. Veronese, Josiane Rose Petry. III. Título.

CDD – 342.17

1094611

Sumário

Prefácio.....	XI
Introdução.....	1
Capítulo 1	
A Especialização da jurisdição: Os Tribunais para Menores e o Juizado de Menores no Brasil	3
1.1. A Implantação dos Tribunais para Menores como Instrumento de Defesa Social	5
1.1.1. Infância e controle	5
1.1.2. Os “Salvadores da Criança” e a implantação do primeiro Tribunal para Menores de Illinois	12
1.1.3. As recomendações do Congresso de Paris de 1911 sobre o funcionamento dos Tribunais para Menores	22
1.2. A Trajetória Brasileira: da Vara de Menores à Vara da Infância e Juventude.....	31
1.2.1. Do Juiz de Órfãos à primeira Vara de Menores do Distrito Federal	32
1.2.2. A situação irregular e a Justiça menorista	65
1.2.3. Rumo à proteção integral: por uma nova Justiça da Infância e Juventude	77
Capítulo 2	
A Doutrina da Proteção Integral e a Justiça da Infância e Juventude	93
2.1. A Proteção Internacional dos direitos de crianças e adolescentes	94
2.2. A Doutrina da Proteção Integral e a Justiça especializada	109
2.3. A Vara da Infância e Juventude no Sistema de Justiça Brasileiro.....	123
2.3.1. Do juiz.....	130
2.3.1.1. Dos serviços auxiliares	138
2.3.2. Do Ministério Público	140
2.3.3. Do advogado.....	145

Capítulo 3

Um retrato da Justiça da Infância e Juventude brasileira	149
3.1. Especialização Estrutural	155
3.1.1. Varas, Promotorias e Defensorias da Infância e Juventude	155
3.1.2. Equipes interprofissionais.....	173
3.2. Formação.....	179
3.3. Outros indicadores institucionais	183
3.3.1. Normas de Organização Judiciária.....	184
3.3.2. A especialização do segundo grau	193
3.3.3. Coordenadorias, Centros de Apoio e Núcleos Especializados	200
3.4. Varas criminais especializadas e a proteção de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas	207

Capítulo 4

Infância e Justiça: do abandono à perspectiva da efetivação de direitos	215
4.1. Varas da Infância e Juventude: entre a esperança e o colapso.....	217
4.2. A competência jurisdicional baseada no critério do “risco”	237
4.3 O direito à participação e a defesa técnica da criança e adolescente: o interesse superior e o interesse manifesto.....	252
Conclusão.....	277
Referências	289